



A PRODUÇÃO DAS CIDADES, NOVOS OLHARES E SUAS CONFIGURAÇÕES: O PARQUE DO POVO NO CONTEXTO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP¹

BORTOLO, Carlos Alexandre de²

RESUMO

Procuramos neste estudo, colaborar para o debate sobre a produção do espaço público do Parque do Povo que se localiza na cidade de Presidente Prudente - SP. Pretendeu-se por meio da reflexão acerca da temática empreendida, analisar o papel dos agentes sociais urbanos no processo de reprodução espacial de um determinado espaço público e também buscou-se observar algumas das principais formas de produção e usos do espaço público do Parque do Povo para com isso, podermos compreender acerca da relevância na produção desse espaço público na cidade em questão. São elementos importantes no estudo: as diversas formas de produção do espaço público por distintos agentes sociais; seus diferentes significados para a população da cidade; o consumo de um espaço público e no espaço público do Parque do Povo; as possíveis especificidades encontradas no processo atual de produção desse espaço público na cidade contemporânea.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; espaço público, usos, apropriações, Parque do Povo, Presidente Prudente – SP.

ABSTRACT

We seek in this study contribute to the debate on the production of public space in Parque do Povo which is located in the city of Presidente Prudente - SP. It was intended by reflection on the subject undertaken, examining the role of social agents in the process of urban spatial reproduction of a determined public space and also sought to observe some of the main forms of production and uses of public space in Parque do Povo towards this, we can understand the relevance in the production of public space in the city concerned. Important elements in the study: the various forms of production of public space by different social agents, their different meanings for the city's population, the consumption of a public space and public space in Parque do Povo, the specifics found in the current process production of public space in the contemporary city.

Keywords: Production of urban space, public space, uses, appropriations, Parque do Povo, Presidente Prudente - SP.

¹ EIXO TEMÁTICO: Produção do espaço urbano.

² Licenciado e Bacharel em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – (FCT- UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Espaço Dinâmica Ambiental da Universidade Estadual de Londrina –(UEL) e atualmente cursa o Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá –(UEM) –PR, bortologo@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

Queremos aqui, por meio deste trabalho, analisar e refletir as distintas práticas socioespaciais que orientam o estabelecimento das relações entre o espaço público e a produção da cidade na busca de melhor entender esta produção do espaço urbano a partir do/no espaço público e suas mais variadas relações de produção e (re) produção existentes no ato de produzir e apropriar-se do espaço público do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente-SP.

Buscamos neste estudo compreender as distintas relações que ocorrem no espaço público do Parque do Povo como reveladoras e ponto de partida para se compreender uma dinâmica de maior expressividade na cidade e no âmbito da sociedade. Para compreender a sua construção, implantação e manutenção de um espaço público por agentes públicos e privados. Para tanto, interessou-nos observar como os diferentes agentes apreendem determinado espaço público do Parque do Povo.

No que se refere a produção de um espaço público, devemos compreender como espaços de interação social e áreas que possibilitem o convívio na cidade capitalista estão sendo criados e mantidos nos espaços urbanos. O mesmo deve ser gestado por diferentes agentes de produção da cidade e no que tange essa produção, devemos compreendê-la a partir de análises de representações sociais presentes nestes espaços, para assim, analisar as diferentes ações e interações que ocorrem no cotidiano do espaço vivido da sociedade.

Tal estudo traz reflexões acerca do histórico do processo de formação dos espaços públicos, outrossim, entendermos o que, e quais devem e são considerados espaços públicos. O trabalho ainda apresenta-nos uma análise sobre a conjuntura e a perspectiva anterior e atual dos espaços públicos brasileiros, sua produção, apropriação, seu papel na cidade.

Para em seguida, nos apresentar aspectos relevantes sobre a formação, implantação e o desenvolvimento do espaço público do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP. Tal análise nos mostrará a transformação desta área de apenas um “Fundo de Vale” para depois se tornar e ser considerado como um “Cartão Postal” para a cidade de Presidente Prudente - SP.

No que tange estas questões, findamos este trabalho com uma guisa de conclusões acerca da compreensão no que tange a produção do espaço público analisado. No decorrer de nossa análise fomos apresentando algumas imagens para melhor ilustração da área de estudo.



Portanto, pensarmos este espaço público em suas inúmeras possibilidades de produção, apropriação e consumo na cidade de Presidente Prudente – SP, não apresentando de forma alguma, conclusões fechadas e acabadas, pois tal espaço público é produzido e se apresenta num processo dinâmico de produção da cidade capitalista contemporânea.

2. O ESPAÇO PÚBLICO: NOVOS OLHARES E SUAS SIGNIFICAÇÕES

O espaço público deve ser concebido como parte constituinte da existência da história, da política e da vida social nas cidades. Nele é possível a interação da sociedade e, conseqüentemente, sua própria estruturação; nele articulam-se “condições de institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa”. Ou seja, pode-se considerar o espaço público como um produto resultante da convergência de várias dimensões e seus problemas.

Destarte, o espaço público tem sido tema de muitas pesquisas e reflexões. Desde a História Antiga, seus papéis e, conseqüentemente, sua apreensão pela sociedade que o engendra e dele usufrui, passou por várias transformações, seu sentido deixou de ser apenas aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública transformou-se. Sobarzo (2006) se posiciona contrário à suposta *morte* do espaço público e alerta para a transformação do mesmo.

Gurza Lavalle (2005, p. 12) afirma que a definição de “público” é uma “tarefa complexa que enfrenta diversas dificuldades”.

A diversidade de campos semânticos e problemas disciplinares perpassados por ela, bem como a ambigüidade inerente as suas diferentes expressões conceituais — espaço público, esfera pública, vida pública, publicidade —, tornam especialmente difícil a apreensão dos componentes fundamentais que conferem identidades aos seus múltiplos sentidos (GURZA LAVALLE, 2005, p. 12).

Mesmo diante da ampla literatura dirigida à investigação dessas mudanças tão recentes, persistem ainda, as dificuldades de uma definição conceitual, “inexistem consensos substantivos quanto aos traços mais relevantes dessa dimensão constitutiva das sociedades modernas – o público – e às suas tendências evolutivas no longo prazo.



Segundo Gurza Lavallo (2005), os três campos semânticos apresentados na citação a seguir também sugerem que o espaço público seja pensado a partir da confluência de diferentes dimensões a englobarem:

o social, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na “arte da associação” ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos as grandes urbes; *(ii) o político*, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário; e *(iii) o comunicativo*, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e Dissensos na percepção social do mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 16).

Jovchelovitch (2002), a partir de análises de outros autores, faz um breve histórico acerca das noções de espaço público, relacionando-o sempre com seu contrário, ou seja, o espaço e a esfera privada. Ela ressalta que, na cidade-estado grega, a vida domiciliar era sinônima de vida privada e a vida política de domínio público, o qual era tido como fundamental, pois muitas questões cruciais sobre a vida humana exigiam escolhas que só podiam ser feitas considerando-se a negociação resultante da diversidade. Isso posto, a esfera privada, para os gregos, era derivada da pública.

As discussões propostas por Gurza Lavallo (2005, p. 9) comprovam que, no período compreendido entre os séculos XIV e XX, muitas acepções de “público” entraram e saíram de circulação, e que todas estavam vinculadas a três campos de significação geral, cujo sentido é definido, sempre, por oposição às significações do termo “privado”.

Com isso, “se tratando de termo dicotômico por excelência, a precisão cabal do seu sentido apenas se torna possível quando a oposição com o ‘privado’ lhe define as fronteiras”, podendo assim, conjecturar determinada análise no sentido de compreender a definição do termo público.

No caso de se analisar e compreender tais estudos a partir de perspectiva brasileiras, há de se considerar os inúmeros problemas econômicos, sociais e políticos, que interferem na constituição espacial de nossas cidades e na própria existência de espaços públicos e seu uso tímido. Jovchelovitch (2002) ainda ressalta a quase inexistência de políticas públicas destinadas à criação de “projetos urbanísticos voltados à melhoria e à criação de novos



espaços públicos” e ao fato de as raras intervenções e construções de praças e/ou parques geralmente estarem ligadas às propagandas eleitorais de candidatos.

A reflexão deve considerar, sem dúvidas, a realidade da qualidade dos espaços públicos nos países da América Latina, em que a partir destas questões nos podem ser questionados os inúmeros fatores negativos acerca da produção destes espaços públicos.

A autora citada logo acima observa que a política também é fonte de desencanto, desconfiança, dada à corrupção e impunidade; bem como a lacuna entre a retórica pública e privada; a distância entre a palavra e o ato; as razões privadas sobrepondo-se às coletivas.

(...) o que deveria ser privado torna-se público e o que deveria ser público, em larga medida, torna-se privado. (...) Que assuntos de interesse público, entretanto, se tornem um veículo para interesses privados, expressa a miséria social e simbólica de uma sociedade incapaz de pensar a si mesma em seu próprio domínio, o domínio público (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 26-27).

Jovchelovitch (2002) menciona Martin-Baró quando este fala sobre a “síndrome fatalista” na América Latina – na qual seres humanos e objetos sociais simplesmente seguem, sem esperar qualquer mudança, observando que há um jogo complexo entre os elementos da vida cultural brasileira – a configuração da vida política – complexidade e contradição que desafia a relação entre a representação e o real.

Estas inúmeras transformações ocorridas no âmbito urbano das cidades podem ser resultantes de inúmeras razões de determinações de ordem socioeconômica, ambiental, estética, entre outras; transformando assim, num tema de interesse por diversos pesquisadores, como de disciplinas que integram recortes analíticos que possibilitam o estudo da estruturação da cidade e da compreensão acerca da produção, apropriação e os diferentes usos dos espaços públicos na sociedade.

A urbanização contemporânea articula-se às dinâmicas do modo capitalista de produção, o qual direciona esse processo sob a perspectiva de uma economia política da urbanização compreendida conjuntamente com uma economia política da cidade. Por conta disso, a estruturação dos espaços urbanos e os objetos que os constituem não podem ser tomados, nem analisados, como simples objetos estruturantes da base material, tendo em vista que a produção do espaço urbano sob tais perspectivas os envolvem com os meios que caracterizam o ambiente construído, também se tornando meios de consumo urbano. Assim,



pensar na produção do espaço público é também pensar em suas mais variadas significações e seus múltiplos olhares da/na sociedade capitalista atual.

3. O PARQUE DO POVO EM PRESIDENTE PRUDENTE: A CIDADE E AS CONFIGURAÇÕES NO/DO ESPAÇO PÚBLICO

O Parque do Povo de Presidente Prudente - SP nasceu de um processo de urbanização e canalização do trecho inicial do Córrego do Veado. A Prefeitura Municipal apresentou à população, em 1976, o lançamento do Projeto denominado “Fundo de Vale” (O Imparcial, 13/08/1976:1, apud VAZ, 1999), justificado pela necessidade da reurbanização deste fundo de vale, o qual se apresentava como um entrave ao desenvolvimento da cidade. Segundo Silva (1994), a necessidade da melhoria do saneamento e do sistema viário – o qual, segundo a equipe de elaboração do Plano Diretor de Presidente Prudente em 1968, não contribuía para a expansão territorial da cidade. Em vista disso, “o projeto Parque do Povo colocava-se como uma ‘exigência do progresso’, sendo este o principal discurso que deu sustentação/respaldo à sua implantação” (SILVA, 1994, p. 35).

A área englobada pelo projeto contava com aproximadamente 460 mil m². O programa envolvia a canalização e retificação do trecho do Córrego do Veado compreendido entre as Avenidas Brasil e Manoel Goulart (sentido NW – SE); bem como a instalação de infraestrutura, equipamentos de lazer (piscinas olímpicas, quadras poli - esportivas, ciclódromo, pista de atletismo, de aerodelismo), serviços (lanchonetes e bares), implantação de duas vias de trânsito rápido e áreas verdes neste fundo de vale até então degradado – um bosque de cinco alqueires, com o plantio de mais de 60 mil árvores (SILVA, 1994; VAZ, 1999).

O processo de urbanização do Parque do Povo foi bastante polêmico, já que se tratava de uma área ocupada por um grande número de famílias, que demonstraram bastante resistência, e de um investimento que envolvia muito dinheiro, dada à necessidade de desapropriações e consequente contração de empréstimos pela municipalidade. As obras iniciaram-se em 31 de outubro de 1976, sem, contudo a área ter sido totalmente desocupada e os processos judiciais correntes na época serem resolvidos. Depoimentos do próprio candidato da época à Prefeitura Municipal demonstram que o projeto efetivou-se de forma coercitiva, não respeitando as opiniões de grande parcela da população residente na área (SILVA, 1994).



Contudo, segundo Silva (1994), os proprietários de grandes parcelas de terra e aqueles que tinham boas relações ou influências políticas não foram prejudicados, uma vez que não foram desapropriados em sua totalidade, apropriando-se, posteriormente, da valorização incorporada pelas benfeitorias advindas da obra realizada, considerando-se a não cobrança de taxas de contribuição de melhorias pela municipalidade.

A fonte de recursos para o início da implementação do projeto adveio do F.D.U. (Fundo de Desenvolvimento Urbano) e do D.N.O.S. (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). A partir de 1977, recursos oriundos do Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) passaram a financiar o projeto.

Assim, a implantação do Parque do Povo estava inserida no contexto dos demais projetos financiados pelo Programa CURA, a saber, a canalização dos Córregos do Boscoli, onde foi construído o PUM (Parque de Uso Múltiplo) e do Córrego do Bacarim, que possibilitou a ampliação do Tênis Clube da cidade, situado na Avenida Washington Luís, além da melhoria do saneamento dessas áreas.

Devido aos altos custos da obra, logo após sua inauguração, em 18 de junho de 1982, o Parque do Povo foi abandonado. Em 1984, iniciou-se a implantação do Prudenshopping, situado entre as Avenidas Manoel Goulart e Washington Luís (VAZ, 1999).

Em 1983, o Parque do Povo foi abandonado pela administração municipal em virtude de constituir-se em uma obra onerosa para a municipalidade e de não ter equacionado adequadamente o problema das inundações nessa área, além disso, ocorreria a queda das placas de proteção das margens do córrego e segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura os Projetos CURA endividaram a prefeitura até o ano de 2019 (VAZ, 1999, p. 18-19).

Silva (1994) ressalta que não pretendeu negar a importância da reurbanização, a melhoria do sistema viário e a disponibilidade de área de lazer, mas questionar como o processo foi conduzido. Seu objetivo principal era compreender a lógica dos mecanismos que movem o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano na cidade de Presidente Prudente que, no caso do Parque do Povo, gerou a reprodução de renda e dos interesses dos segmentos sociais do qual o Poder Público local é representante ou que estão ligados a ele. O estudo demonstra que por trás dessa urbanização havia interesses políticos e econômicos (daí o lançamento do projeto dentro do contexto de eleições municipais de 1976).



Segundo Vaz (1999), a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente voltou a se preocupar com o Parque do Povo, apenas em 1995, com a colaboração da PRUDENCO (Companhia Prudentina de Desenvolvimento) e da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. A partir de então, iniciou-se a substituição da canalização do tipo trapezoidal do Córrego do Veado, em seu trecho correspondente ao Parque do Povo – com aproximadamente 1870 metros de extensão – pela canalização fechada constituída por tubos arcos corrugados. As obras foram executadas em etapas e tiveram custo estimado em cinco milhões de reais.

No período de execução destas obras ocorreu um quadro de precipitações extremas na cidade (janeiro/1994, fevereiro e outubro/1996 e março/1998), que, somado ao subdimensionamento das novas galerias e fatores de urbanização – como o aumento da impermeabilização e a grande declividade das áreas adjacentes ao parque – culminou no desmoronamento de parte da Avenida Tancredo Neves.

Em vista disso, em 1997, as obras foram suspensas e um estudo hidrológico foi encomendado ao CTH – USP (Centro Tecnológico Hidráulico da Universidade de São Paulo). Após a avaliação da vazão das águas pluviais e das canalizações, foi elaborado um laudo propondo quatro alternativas para solucionar a questão da drenagem no Parque do Povo (VAZ, 1999).

Durante a elaboração do estudo citado acima, tal laudo foi solicitado à Secretaria Municipal de Planejamento, entretanto, não foi obtida resposta. Com isso, observamos no decorrer de sua implantação a presença do Estado e agentes privados financiando determinadas obras com certos interesses de valorização destas áreas no futuro. Tais políticas ocasionavam a valorização de determinadas áreas do espaço público do Parque do Povo e seu entorno, assim tornando-se áreas de interesse a diversos segmentos e setores dos mais variados agentes produtores do espaço urbano e podendo compreender a essa transformação que ocorrera no espaço público do Parque do Povo e seu entorno na cidade de Presidente Prudente – SP.

3.1 DO “PESADELO” DO FUNDO DE VALE AO “SONHO” DO CARTÃO POSTAL

Em outubro de 2001, a administração municipal local lançou a “campanha de revitalização”, pedindo à população sugestões, por meio de um encarte distribuído por um jornal da cidade: Esta campanha visou tornar mais bela a maior área urbana e de lazer do município. O slogan de tal campanha era “Vamos transformá-la num cartão postal. Participe!”



A administração municipal nunca expôs publicamente o projeto na íntegra; as informações a respeito das intervenções, áreas de reforma e datas, eram veiculadas de forma muito genérica e apenas pela imprensa. Segundo os jornais da época, o projeto previa a construção de quiosques e banheiros públicos padronizados; pista de caminhada em todo o parque e uma pista de ciclismo; reforma da pista de skate, parques infantis e campo de areia; melhoria da iluminação; implantação de duas quadras de tênis e bolsões de estacionamento, sendo que um deles em frente à sede da TV Fronteira, de propriedade da família do prefeito da cidade (SOBARZO, 2004).

A revitalização foi iniciada em 2002, a partir dos trechos mais extremos do parque, próximos às Avenidas Brasil e Manoel Goulart. As obras foram divididas em etapas. Segundo Sobarzo (2004), a última etapa, iniciada em julho de 2004, constituiu, a parte principal da intervenção, pois, além de afetar a área central do parque (localizada entre a Avenida da Saudade e a Rua Padre João Goetz), incluiu as obras de maior impacto, entre elas: a construção de uma “praça de alimentação” com ampliação das calçadas, dos estacionamentos e do parque infantil e implantação dos campos de areias, pista para bicicletas e circuitos de exercícios. A partir de outubro de 2005, foram iniciadas as obras de finalização, que incluíram a implantação de “um posto da Polícia Militar para garantir a segurança das pessoas” (site oficial da Prefeitura Municipal, 21 de outubro de 2005).

O financiamento para a execução do projeto de revitalização do Parque do Povo – e outras obras como a expansão do Distrito Industrial, recuperação dos fundos de vale do Vale do Sol, da Vila Geni e da orla do Balneário da Amizade e revitalização do quadrilátero central – foi concedido pelo Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata); e, segundo o então Secretário Municipal de Obras, Milton Carlos de Mello “Tupã”, o custo total das obras chegava a US\$ 19,820 milhões (site oficial da Prefeitura Municipal, 17 de novembro de 2005).

Esse processo de revitalização, segundo avaliação de Sobarzo (2004), no âmbito da política, reforça o ideário de uma administração dinâmica realizadora de obras que são apresentadas como exemplo de desenvolvimento, processo e avanço para a cidade, reforçando a imagem do prefeito como “tocador de obras”; em um segundo termo, as obras inconclusas serão as motivações para chamar os eleitores a continuar com o prefeito que iniciou a revitalização do parque.



Com isso, podemos refletir juntamente com nosso referencial analítico e teórico do espaço urbano no qual buscamos nos fundamentar teoricamente na idéia de Carlos (2004), de que a análise espacial da cidade no que se refere ao processo de produção dos espaços, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território material e concreto, o que significa dizer que ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço enquanto prática (CARLOS, 2004, p. 14).

Para essa autora, fundamentada no pensamento lefebvriano, a noção de produção deve referir-se à produção do homem e às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, a noção de produção deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço.

“[...] É fundamental do ser humano o ato de criar, formar e produzir pelo próprio trabalho e sua atividade, sendo esta capacidade criadora de obras” (CARLOS, 2009, p. 75). Destarte, a noção de produção do espaço traz implícita a ideia de atividade como ação transformadora da sociedade modificando a natureza e impondo uma dinâmica que é em essência, social e histórica. Mas, que também transforma o espaço produzido a partir de uma condição, meio e o produto para a sociedade atual contemporânea que se apropria e utiliza de inúmeras formas do Parque do Povo e de seu entorno, surgindo assim, novos interesses, novos agentes e novas formas de produzir o espaço urbano do Parque do Povo.

4. DO ESPAÇO PÚBLICO PRODUZIDO A DINÂMICA DO ESPAÇO PÚBLICO CONSUMIDO

Nesta parte de nosso trabalho, devemos apresentar a configuração do parque sendo esta linear, sinuosa e segmentada em setores, como o caminho do córrego, a topografia do relevo, o sistema viário e o tecido urbano. Tal configuração não foi alterada no decorrer dos anos, entretanto, houve alterações em sua paisagem decorrentes do fechamento da canalização aberta do trecho do córrego; da infraestrutura, dos equipamentos e mobiliário acrescidos mediante as reformas; da vegetação retirada e do plantio de novas mudas, por exemplo, bem como alterações no sistema viário margeante, como a construção de alças de retorno e rotatórias.

Em uma das últimas reformas, realizadas no ano de 2003, de acordo com o histórico do parque, foram implantados novos e diversificados equipamentos, como novas pistas de caminhadas e bancos, e disseminados outros já existentes, como os *playgrounds* e banheiros



públicos. Houve melhorias significativas quanto à iluminação – que foi ampliada; implantação de quiosques comerciais, de postos policiais, substituição da tubulação da canalização e incremento, em alguns pontos, da vegetação.

No ano de 2008 a prefeitura municipal implantou uma fonte na última parte do Parque do Povo, área esta próxima ao Prudenshopping. Com isso, o Parque do Povo se apresenta dividido por 6 setores, sendo o primeiro subdividido em dois. Destarte, apresentaremos o parque segundo uma breve descrição de cada setor para podermos assim, compreender quais são as diferentes infraestruturas presentes no espaço público do parque, os possíveis usos, suas apropriações, etc. Observe na figura abaixo a área de instalação de novos equipamentos no Parque do Povo.



Figura 1: Áreas que sofreram valorizações com as novas instalações de infraestrutura no Parque do Povo

Convencionou-se identificar os setores conforme o projeto original, ou seja, por numeração, iniciando-se a partir da Avenida Brasil, que coincide com o sentido do Córrego do Veado.

Neste setor se identifica o início do parque. Está localizado entre a Avenida Brasil – para a qual está voltado o pequeno obelisco símbolo do Parque do Povo – e Coronel José Soares Marcondes, sendo seccionado pela Rua Doutor José Foz. Quanto a sua configuração, é o setor mais estreito, assemelhando-se a um canteiro central de avenida, mais extenso e sinuoso, e possui relevo predominantemente plano.

No que se refere aos equipamentos, possui um *playground* sob um agrupamento de árvores de grande porte e copas densas, cujos equipamentos são em metal, com bancos e mesas de concreto distribuídos ao lado do *playground*; uma pista de caminhada pavimentada com concreto e barras metálicas de exercício físico (estes dois implantados recentemente,



após os reparos na canalização em 2006 – que acarretaram a retirada de várias árvores). Possui ainda dois quiosques comerciais e um banheiro público, com cabine sanitária feminina e masculina, localizados próximo à Avenida 14 de Setembro. As figuras a seguir contêm as características relevantes levantadas em campo relativas ao setor 1.



Figura 2. Setor 1 – Caminhos e playground

Localizando-se entre a Avenida Coronel José Soares Marcondes – próximo da qual apresenta grande desnível em relação às ruas – e a Rua Donato Armelin – próximo da qual seu relevo é plano. O setor 2 também possui formato sinuoso, porém é mais largo que o primeiro. O desnível existe deixa o gramado propício ao alagamento em períodos chuvosos. Essa vulnerabilidade culmina com problemas tais como desmoronamento das calçadas externas e dos bancos.

Além do *playground* com equipamentos em madeira, localizado em meio ao gramado a céu aberto, possui duas pequenas traves de futebol, e alguns bancos espalhados aleatoriamente no gramado. Sua arborização é densa e está concentrada ao longo de seu perímetro. As figuras a seguir contêm as características relevantes levantadas em campo relativas ao setor 2.



Figura 3. Setor 2 – “Bosque”, caminhos e playground.

Situado entre a Rua Donato Armelin – onde é mais estreito, e a Avenida da Saudade – onde é mais largo. O setor 3 à medida que se aproxima da Avenida Saudade, o desnível entre as Avenidas 14 de setembro e 11 de maio se acentua. Possui vários equipamentos esportivos: duas quadras poliesportivas, *playground* com equipamentos metálicos; arquibancada e dois campos gramados para futebol.

Dentre eles se destaca a academia para a terceira idade, com aparelhos metálicos e de fácil utilização, implantada no segundo semestre de 2007, de grande repercussão entre os usuários.

Além desses equipamentos possui dois quiosques construídos quando o parque foi implantado, um destinado à lanchonete e outro a vestiários, eles são utilizados como apoio para os funcionários da Prudenco encarregados da manutenção diária do parque.

Sua vegetação não é muito densa, mas tem árvores de grande porte. Neste setor, além da iluminação comum há refletores específicos para as quadras e campos. Importante explicar que, quando da implantação da academia, não havia nenhuma iluminação direcionada e que possibilitasse seu uso a partir do entardecer; contudo, foram colocados dois postes refletores logo em seguida de sua instalação.

As figuras a seguir contêm as características relevantes levantadas em campo relativas ao setor 3.



Figura 4. Setor 3 – Quadra e academia da terceira idade.

Está localizado entre a Avenida da Saudade e a Rua Padre João Goetz e é considerado o setor central do parque. O setor 4 apresenta sua largura sendo uniforme e sua área interna tem vários níveis entre as Avenidas 11 de Maio e 14 de Setembro. Possui grande diversidade e quantidade de equipamentos. A distribuição da vegetação não é uniforme, está concentrada em seu perímetro.

As figuras a seguir contêm as características relevantes levantadas em campo relativas ao setor 4.



Figura 5. Setor 4 – Caminhos, quadras, playground e quiosques.

O setor 5 se localiza entre as Ruas Padre João Goetz e Doutor João Gonçalves Foz; é o maior setor em área e também possui grande desnível entre as Avenidas 11 de Maio e 14 de Setembro. Sua área mais elevada é destinada à Secretaria Municipal de Esportes de Presidente Prudente – SEMEPP, cuja entrada principal fica na Avenida 11 de Maio. No SEMEPP há um grande bolsão de estacionamento, quadras poliesportivas, canchas de bocha, campo de futebol, pista de aerodelismo e um complexo de piscinas. A delimitação entre o parque e a SEMEPP é marcada por um alambrado e vegetação arbustiva de porte médio; existe um único e estreito acesso pelo parque.



Não é um setor densamente arborizado; recentemente a Secretaria Municipal do Meio Ambiente plantou novas mudas de árvores no talude entre o SEMEPP e a parte inferior do parque. As figuras a seguir contêm as características relevantes levantadas em campo relativas ao setor 5.



Figura 6. Setor 5 – Playground ao fundo e pistas de caminhada.

O setor 6 está localizado entre a Rua Dr. João Gonçalves Foz e a Avenida Manoel Goulart. É bem extenso e tem grande diferença de nível entre as Avenidas 11 de Maio e 14 de Setembro. Parte de sua área é destinada a usos institucionais, separados do parque por meio de muros e grades. A vegetação não é distribuída uniformemente.



Figura 7. Setor 6 – Caminhos, praça e quiosques

Observe na figura a seguir a distribuição dos setores pelas áreas do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP.



Legenda – Setor 6

- quiosques
- cabines sanitárias
- praça com bancos e pergolado metálico
- estacionamentos com piso ecológico
- equipamentos para exercícios físicos (alongamento, por exemplo)

■ Área onde estão localizadas: Guarda Mirim Municipal; Escola Municipal de Música; Escola Municipal de Bordados e confecção industrial; Secretaria Municipal de Assistência Social; Casa do Albergado.

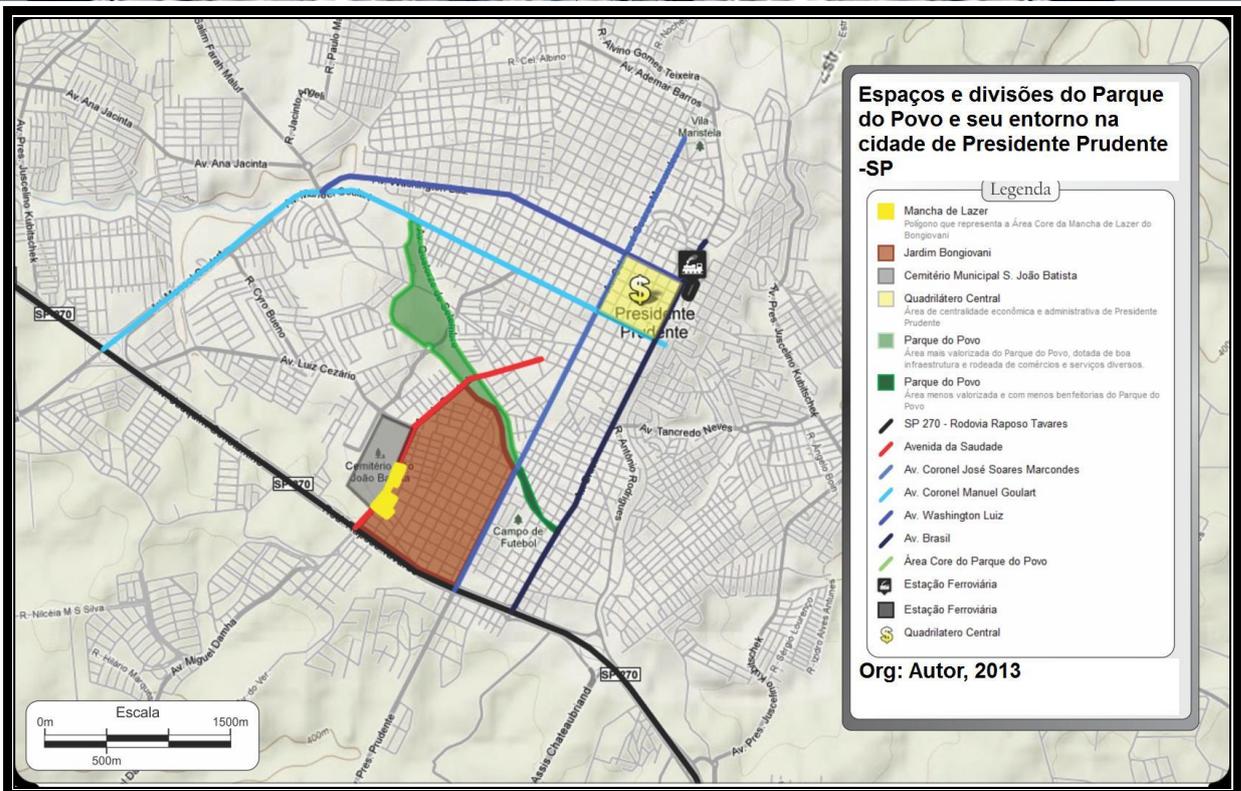
1 – Casa do médico. 2 – Colégio Adventista. – 3 – Unesp. 4 – antigo curtume desativado, localizado sobre o córrego canalizado Águas do Boscoli. 5 – Área não ocupada, onde ocorre o encontro do córrego do Veado com o Bacarim e onde está sendo implantada uma nova praça (mantendo o córrego aberto).

Figura 8. Os setores do Parque do Povo em Presidente Prudente – SP.

Org: Bortolo, 2013.

Com isso, conseguimos observar quais foram as diversas infraestruturas implantadas no espaço público do Parque do Povo no decorrer dos anos e poder compreender estes diferentes usos e apropriações a partir dos equipamentos, de sua infraestrutura, do mobiliário, etc.

Construímos assim, uma figura que representa o Parque do Povo e seu entorno apresentando suas divisões, áreas que sofreram valorização, principais avenidas, eixos de ligação urbana, dentre outras características mais. Observe no mapa a seguir.



Mapa 1: Espaços e divisões do Parque do Povo e seu entorno em Presidente Prudente – SP

Destarte, ao analisarmos este espaço público, devemos observar a partir da afirmação de Serpa (2007) que no mundo contemporâneo, o Estado busca funcionar como uma gigantesca administração caseira, ou seja, planejam as obras executam a seu “bel” prazer com a ajuda de amigos, parceiros, etc. O domínio público destes espaços que são criados deixam de ter uma conotação política e social que *a priori* de sua construção que detinha tal significação, para *a posteriori* assumir uma outra significação, sendo esta cada vez mais “econômica”, não mantendo apenas como espaços de interação, de usos públicos, mas sim, agora como espaços de dominação e de valorização imobiliária.

Algumas relações podem inviabilizar muitas vezes a produção, a implantação e a apropriação social de um espaço público no contexto da cidade contemporânea. O conceito criado por Lefebvre de apropriação e produção esclarece a propriedade, o limite, como item de não-apropriação, como restrição à apropriação concreta. Tal apropriação busca inserir a discussão do afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que nada mais é que o espaço vivido no cotidiano das cidades.



Destarte, para entendermos e analisarmos a produção de um espaço público, no caso aqui estudado o Parque do Povo em Presidente Prudente - SP e seu entorno devemos compreender e refletir acerca destas inúmeras formas de produção do espaço urbano da cidade capitalista contemporânea e assim, refletirmos acerca dos principais agentes que produzem e reproduzem estes espaços. Com isso, pensar no Parque do Povo é pensar em um espaço de interação, das possibilidades, da valorização, etc.

5. GUIA DE CONCLUSÕES

No que tange a produção do espaço público urbano, devemos refletir após a apresentação de algumas ideias e elementos acerca desse tema, o quão é valioso discutir a problemática da produção do espaço urbano nas cidades brasileiras.

Podemos encontrar em Serpa (2007), interessantes sugestões para a compreensão do papel dos espaços públicos e seus equipamentos disponíveis nos espaços da cidade capitalista para podermos compreender suas funções, suas características, o mobiliário e também, as inúmeras transformações que o mesmo vem sofrendo na atualidade. O autor, apresenta-nos a distinção em três práticas que informam a pertinência ou a incompreensão dessas formas e dos papéis destes espaços públicos que são instalados na cidade e sobre à disposição em que os usuários os recebem, assim, devemos pensar em tal espaço e suas mais distintas formas de uso e apropriação como:

1) práticas em perfeita concordância com as diretrizes impostas pelos projetistas. São as caminhadas, o *Cooper* diário, a apropriação dos bancos confortáveis, das brincadeiras e jogos das crianças nas áreas de lazer infantil.

2) em alguns casos, as práticas não levam em conta as intenções originais do projeto. Ocorrem conflitos entre os usuários; por exemplo: animais domésticos nos parques, os sem-teto, colheita “proibida” de flores e frutos, “banhos” proibidos em jatos d’água ou fontes.

3) práticas de transgressões – ainda mais graves – aos códigos de conduta supostamente conhecidos de todos.

No que se refere às considerações até aqui discutidas neste estudo, podemos observar o importante papel desempenhado acerca da elaboração, construção, implantação e manutenção destas áreas no espaço urbano. No caso do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP, tal espaço foi se construindo e ganhando relevância no cenário



urbano desta cidade. Após sua construção, anos de abandono, tal área hoje é considerada de extrema importância na vivência de áreas de lazer e espaços de interação da sociedade prudentina.

Desta forma, o espaço público analisado, é sim em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, produzido, alterado, mantido na intenção de alguns agentes perante a relação desigual e combinada da contraposição entre o público e privado. Tal espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou simplesmente viver as diferentes relações socioespaciais cotidianas a partir dos novos olhares do produzir a cidade, seus espaços públicos e suas distintas configurações que se moldam no espaço público do Parque do Povo e seu entorno na cidade de Presidente Prudente - SP.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. **Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP**. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: UNESP – FCT, 1993.

_____. **O clima urbano de Presidente Prudente/SP**. Dissertação de doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 2000.

_____. **Estudo das áreas verdes de Presidente Prudente/SP**. Relatório de Pesquisa em cumprimento ao regime de dedicação integral a docência e a pesquisa. Presidente Prudente, 1995. 60p.

BRAGA, Roberto. Planejamento urbano e recursos hídricos. Publicado originalmente em: BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu F. C. **Recursos hídricos e planejamento urbano e regional**. Rio Claro: Laboratório de planejamento municipal – IGCE – UNESP, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007 [2004]. p.123.

_____. Da “geografia abstrata” à “geografia concreta”. In. _____ *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geografia*. Ademadan. 2009. P. 73-90.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; IKEDA, Edson; NETO, Generoso de Angelis; REGO, Renato Leão; SOARES, Paulo Fernando. Aplicação de instrumentos de gestão para o ordenamento territorial em áreas urbanas. In: **Anais do congresso internacional**



“ordenamento territorial e desenvolvimento urbano”. Portugal, Lisboa, 2004. Disponível em:

<http://www.fundicotex.org/Comunicaciones%20Lisboa/ANGELIS.pdf> Acessado em novembro de 2007.

GONÇALVES, Fábio Mariz. **O desenho da paisagem:** a relação entre os padrões de urbanização e o suporte físico. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, Dezembro, 1998.

GURZA LAVALLE, Adrián. As dimensões constitutivas do espaço público: Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: **Espaço & Debates**, v.25, p.33 - 44, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública:** a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópoles, RJ: Vozes, 2000.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. Metodologia do planejamento urbano. In: TOLEDO, Ana Helena Pompeu e CAVALCANTI, Marly (orgs.). **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana:** as cidades do interior paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEFEBVRE, H. **Espaço y política: el derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Ediciones Península, 1976, p.159-178.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. In: **Ambiência:** revista do centro de ciências agrárias e ambientais. Volume 1, nº 1. Guarapuava – Paraná, 2005. P. 125 – 139.

MACEDO, Silvio Soares e SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Ed. 2, 2003.

_____. O paisagismo moderno brasileiro: além de Burtel Marx. In: **Paisagens em debate** – revista eletrônica da área de paisagem e ambiente, FAU – USP, 2003.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização:** uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese para concurso de livre docência (requisito parcial). São Paulo: FAU USP, 1982.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei complementar nº 128/2003:** dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo da área urbana do distrito sede do município de Presidente Prudente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/2003/Leis/128lc.htm>



PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei complementar n° 127/2003:** dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/2003/Leis/127lc.htm>

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei complementar n° 114/2001:** instituiu normas para edificações do município e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/2001/Leis/114lc.htm>

PRESIDENTE PRUDENTE. **Prudente virtual:** cd-room interativo de Presidente Prudente – SP. 2000.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei complementar n° 030/1996:** orienta e disciplina o sistema viário básico do município e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/1996/Leis/30lc.pdf>

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei complementar n° 29/1996:** instituiu o plano director do município de Presidente Prudente. Disponível em:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/1996/Leis/29lc.pdf>;

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/1996/Leis/Anexos/29lc/01-continuacao.pdf>;

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/LeisDecretos/1996/Leis/Anexos/29lc/02-continuacao.pdf>

RIBAS, Rosana Alves. **Subutilização dos espaços públicos de lazer:** o caso do Parque das Andorinhas – Presidente Prudente – SP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. **Abandono dos espaços públicos e interiorização da vida pública na cidade turística de Natal-RN.** 2005. In:

<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc127/mc127.asp>. Acessado em: 14/01/2007.

SANTOS, Emmanuel Antônio dos. Planejamento e paisagem. In: **Paisagens em debate** – revista eletrônica da área paisagem e ambiente, FAU – USP, 2004.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M. J. M da. **O Parque do Povo em Presidente Prudente:** a lógica da intervenção do poder público na (re) estruturação do espaço urbano. Presidente Prudente, 1994. 134p.

Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese de doutorado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana. RJ: Beltrão Brasil, 2002.



SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1990.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In:

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

_____. **O chão em Presidente Prudente/SP**. Rio Claro: UNESP, 1983.

THOMAZ, Francini. **Uso das vias urbanas em Presidente Prudente/SP: espaços públicos e legislação urbana**. Dissertação de mestrado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2006.

VAZ, José Carlos. **Legislação de uso e ocupação do solo**. 1996. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D077.htm>. Acessado em: 20/07/2006.

VAZ, José Carlos. **Legislação de uso e ocupação do solo**. 1996. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D077.htm>. Acessado em: 20/07/2006.

VAZ, Ridalto. **As precipitações extremas e inundações em áreas de fundos de vale em Presidente Prudente: um estudo sobre o Parque do Povo e Prudenshopping**. Monografia de bacharelado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1999.

VAZ, Nelson Popini. Espaços públicos urbanos. (Apostila de aula) In: <http://www.arq.ufsc.br/~soniaa/arg5605/Espacospublicos.htm>. Acessado em 14/01/2007.

Sites

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/titulo3/0002/0004

<http://www.aulasaopaulo.com.br/verdeemeioambiente2.htm>

<http://www6.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/habitacao/2007/02/0006>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque>

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/titulo3/0002/0004

<http://www.aulasaopaulo.com.br/verdeemeioambiente2.htm>

<http://www6.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/habitacao/2007/02/0006>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque>

<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=461&Itemid=0>

www.ibge.com.br

<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.novacon.com.br/14.gif&imgrefurl=ht>

<tp://www.novacon.com.br/sistereio.htm&h=201&w=400&sz=45&hl=pt-BR&start=9&tbnid=->

<QdVJInzvZaZRM:&tbnh=62&tbnw=124&prev=/images%3Fq%3D%2522passeio%2Bp%25>

<C3%25BAblico%2Brio%2Bde%2Bjaneiro%2522%26gbv%3D2%26hl%3Dpt->

<BR%26sa%3DG>